

Desafios da distância ou os sentidos da relação presencial

Quando se invoca como mais-valia do ensino a distância a possibilidade de o estudante recorrer à 'gravação' da aula as vezes que tiver necessidade, esquece-se (ou desvaloriza-se) o significado do momento, o qual, na elocução do(a) professor(a), não representa um ato de reprodução estrito, mas um ato de produção.

Esbocei inicialmente esta breve reflexão com uma discussão entre as distinções semânticas do 'ensino a distância' e do 'ensino à distância' para rapidamente perceber que, pese embora me soe estranha a primeira expressão, ela será a mais correta. Interpretava então o ensino à distância mais como uma modalidade alternativa de trabalho, capaz de superar questões de distanciamento, enquanto o ensino a distância, que se tornou quase um imperativo nestes tempos de covid-19, pareceria não discutir apenas uma modalidade, mas antes uma conformidade, indiscutível pela sua urgência, configurando-se mais como uma disposição social. Em comum partilham, em todo o caso, a 'distância' no processo comunicacional.

Sendo, entretanto, inúmeras as reflexões que, a este respeito, vão sendo feitas nos diversos quadrantes, procuraria aqui olhar esta questão sob uma perspetiva educativa. Num tempo no qual se abordam as questões da aprendizagem muito centradas no sujeito que aprende – é este que aprende, as estratégias e modalidades de aprendizagem deveriam considerá-lo o centro do processo do ensinar e aprender –, é previsível que as questões da discussão de modalidades de aprendizagem a distância se foquem, elas também, no sujeito aprendente. Não podendo ignorar aspetos como o aprofundamento das desigualdades (de partida, de recursos familiares e tecnológicos) que o 'estigma' da distância possa gerar, tendo a acreditar que aquelas apenas se tornam mais visíveis, o que não significa que não existissem anteriormente; a distância acentua a limitação de recursos de natureza diversa, mas não os cria.

O modelo educativo formal vai construindo dispositivos diversos que procurem atenuar estas diferentes condições de partida (condições socioeconómicas, socioculturais), mas olha-as muito de acordo com o princípio das desigualdades justas que John Rawls desenvolve na sua 'Teoria da Justiça' como uma inevitabilidade face à qual se constroem medidas compensatórias; é a ideia segundo a qual, não é injusto que alguns consigam benefícios maiores que outros, desde que a situação das pessoas menos afortunadas seja, por esse meio, melhorada. É com alguma perplexidade para não dizer, suspeita, que acredito que este pressuposto seja compaginável com a ideia da aprendizagem centrada no(a) aluno(a).

Saber em ato. Mas queria propor uma outra discussão aqui, a qual se centra mais no trabalho do(a) professor(a). Quando se invoca como uma mais-valia do ensino a distância a possibilidade do(a) aluno(a)/estudante poder recorrer à 'gravação' da aula as vezes que tiver necessidade – parecendo, pelo facto, que esta característica do ensino a distância evidencia uma superioridade pedagógica ao ensino presencial –, esquece-se (ou desvaloriza-se) o 'significado do momento', o qual, na elocução do(a) professor(a), não representa um ato de reprodução estrito, mas um ato de produção; o(a) professor(a) não replica um conteúdo, o(a) professor(a) interpreta um conteúdo, o(a) professor(a) enquanto agente educativo não transmite conteúdos, estritamente, adiciona-lhes uma dimensão interpretativa que o(a) distingue enquanto profissional da educação. O(a) aluno(a)/estudante não se confina a um saber, mas a um saber em ato, que é aquele que o(a) professor(a) professa. E a minha interrogação é se a distância não aparece aqui como algo que anula esta relação de proximidade, esta relação de autenticidade que não discorre de uma asserção deliberativa dos saberes, mas, sobretudo, de uma asserção interpretativa desses mesmos saberes. Dizendo de outro modo, precisamos, efetivamente, dos(as) professores(as) num 'ensino a distância'? Ou precisamos, fundamentalmente, de aperfeiçoar conteúdos e modos de transmissão de informação, que até nos distanciem dos saberes, mas garantam a acumulação daquela dita informação?

Centralidade da relação. Complementando a reflexão a partir do princípio das desigualdades justas de John Rawls, proponho um olhar alternativo, aquele sugerido por Amartya Sen quando, ao invocar o conceito de capability, sugere a impossibilidade de compreender medidas tendentes a um princípio de igualdade (de acesso, de oportunidades), descontextualizando-as do contexto da sua produção, isto é, colocando esta discussão entre um princípio de complementaridade compensatória ou um princípio de estruturação assumidamente diferenciado.

Reportando-me ao trabalho dos professores como ao trabalho dos alunos, invoco aqui Jorge Larrosa e a distinção por ele estabelecida entre a prática (do domínio da ação) e a experiência (do domínio) da paixão para acentuar a duplicidade destas dimensões no ato educativo e a dificuldade de conter, particularmente, a segunda em modalidades de trabalho a distância. Se a prática pode ser do domínio reprodutivo, da aplicabilidade/replicabilidade, a experiência remete-nos antes a um domínio interpretativo e testemunhal, indissociável do sujeito que a detém. E esta perspetiva é adequada quer à situação dos professores, quer à situação dos alunos. O ensino a distância pode ampliar as desigualdades, mas não as constrói. Penso-o assim porque, no trinómio aluno/professor/saber, não entendo o aluno como o centro do processo; entendo como centro do processo a relação – entre o aluno e o professor, entre o professor e o saber, por último, entre o aluno e o saber, aquela que a escola tem o mandato de saber construir.

Henrique Vaz